

Fim dos créditos *Divida externa* levará País para 26 FEV 1989 nova moratória

A suspensão da liberação de duas parcelas de 600 milhões de dólares, cada, por parte dos bancos credores, que esperam pelo desfecho da discussão entre o Governo brasileiro e o Banco Mundial em torno do financiamento de 500 milhões de dólares ao setor elétrico (suspensão, por sua vez, depois que a Eletrobrás incorporou ao seu patrimônio o projeto de construção da Usina Nuclear III de Angra dos Reis) já está se refletindo negativamente no comportamento da economia. Impossibilitado de ter acesso aos recursos externos o País assiste à situação cambial deteriorar-se, principalmente porque faz parte da estratégia econômica atual consumir um volume menor de saldo comercial no pagamento dos juros da dívida.

O enfraquecimento da posição cambial do Governo tende a refletir-se no comportamento do mercado em relação ao Plano Verão, dando margem à especulação com o dólar no mercado paralelo, na medida em que, devido à carência de moeda forte, o poder do cruzado novo tende a reduzir-se. Para tentar contornar esta situação, a solução seria — como se cogita — o Governo obter junto ao governo dos Estados Unidos um empréstimo-ponte em torno de 3 a 5 bilhões de dólares, para fortalecer a moeda nacional, de forma a bloquear a especulação com o dólar, por enquanto arrefecida, temporariamente, devido à elevação substancial das taxas de juros. Ocorre que essa estra-

tégia de manter os juros altos não poderá ir muito longe, porque o mais prejudicado é o próprio Governo, que vê aumentar diariamente, em proporção perigosa, a dívida pública interna.

A negociação de um empréstimo-ponte com o Governo norte-americano, no entanto, ficou mais difícil depois da interferência do presidente Bush na negociação em curso entre o Governo brasileiro e o japonês, para o financiamento da rodovia Acre-Peru.

A reação brasileira à intransigência dos credores em liberar os recursos acertados na negociação do acordo da dívida externa, firmado no ano passado, poderá se materializar em nova suspensão dos pagamentos do serviço da dívida, nos próximos meses. O presidente Sarney já alertou para essa possibilidade e o ministro da Fazenda, Mílson da Nóbrega, a tem reiterado em diversas oportunidades. Se a missão do ministro Sérgio Amaral, em Washington, de conseguir apoio do governo norte-americano para flexibilizar a posição do Banco Mundial fracassar, as razões para a decretação de uma nova moratória estarão mais do que amadurecidas, principalmente pelo problema adicional criado com a elevação das taxas de juros nos EUA, que encarece a dívida e eleva o pagamento de juros. Tudo indica, no entanto, que os bancos estão preparados para o confronto e dispostos a negociar uma ampla renegociação da dívida somente com o sucessor de Sarney.